



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@yahoo.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

AMIN, Samir

A China é capitalista ou socialista?

Argumentum, vol. 6, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 283-297

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547142020>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A China é capitalista ou socialista?

China: capitalist or socialist?

¹ Samir AMIN

Esta pergunta, na verdade, é mal colocada, demasiadamente geral e abstrata para qualquer resposta que faça sentido em termos de alternativa absoluta. De fato, a China tem realmente seguido um caminho original desde 1950, e talvez mesmo desde a Revolução de Taiping, no século XIX. Tentarei aqui esclarecer a natureza deste caminho original e cada uma das etapas de seu desenvolvimento, de 1950 até hoje, 2013.

A questão Agrária

Mao descreve a natureza da revolução realizada na China, por seu Partido Comunista, como uma revolução anti-imperialista/antifeudal com o olhar em direção ao socialismo. Mao nunca assumiu que, depois de ter lidado com o imperialismo e o feudalismo, a população chinesa tenha “construído” uma sociedade socialista. Ele sempre caracterizou esta construção como a primeira fase do longo caminho ao socialismo.

Devo enfatizar bastante a natureza específica da resposta dada à questão agrária pela

Revolução Chinesa. A terra (agrícola) distribuída não foi privatizada; permaneceu como propriedade da nação representada pelas aldeias e comunas e apenas o uso das mesmas foi concedido às famílias rurais.

Na medida em que se repete constantemente ao redor do mundo que os camponeses anseiam ardenteamente somente pela propriedade da terra. Por que razão a implementação do princípio de que as terras agrícolas não são mercadorias foi possível na China (e no Vietnã)? Se tal fosse o caso na China, a decisão de nacionalizar a terra teria levado a uma guerra de camponeses sem fim, como foi o caso quando Stalin começou a coletivização forçada na União Soviética.

A atitude dos camponeses da China e do Vietnã (e em nenhum outro lugar) não pode ser explicada por uma suposta “tradição” na qual eles desconheciam a propriedade. Foi o produto de uma linha política inteligente e excepcional implementada pelos partidos comunistas desses dois países.

¹¹ Economista egípcio, presidente do Fórum Mundial de Alternativas e diretor do Fórum do Terceiro Mundo, em Dakar, Senegal. Publicado originalmente em *Monthly Review* vol. 64, num.10 (março 2013). Tradução e adaptação para o Português por Adriana Ilha da Silva e Paulo Nakatami.

A Segunda Internacional tinha como certo a aspiração inevitável dos camponeses pela propriedade, real o suficiente na Europa do século XIX. Os socialistas da Segunda Internacional aceitaram este fato consumado da "revolução burguesa", mesmo lamentando-o. Eles também achavam que pequena propriedade camponesa não tinha futuro, que este pertencia à grande empresa agrícola mecanizada. Eles achavam que o desenvolvimento capitalista, por si só levaria a tal concentração da propriedade e para as formas mais eficazes de sua exploração. A história provou que eles estavam errados. A agricultura camponesa deu lugar à agricultura familiar capitalista em um duplo sentido; aquele que produz para o mercado (consumo de fazenda que se tornou insignificante) e que faz uso de modernos equipamentos, insumos industriais e de crédito bancário.

Mao extraiu as lições dessa história e desenvolveu uma linha de ação política completamente diferente. No princípio da década de 1930, na China meridional, durante a longa guerra civil de libertação, Mao fundamentou-se na crescente presença do Partido Comunista e numa sólida aliança com os pobres e os camponeses sem terra (a maioria), manteve relações amigáveis com os camponeses médios e isolou os camponeses ricos de todos os estágios da guerra, sem necessariamente hostilizá-los. O sucesso desta linha preparou a grande maioria dos habitantes das zonas rurais para considerar e aceitar uma solução para os seus problemas, que não exigisse a propriedade privada das terras distribuídas. Eu acho que as ideias de Mao e sua implemen-

tação bem sucedida têm suas raízes históricas na Revolução de Taiping no século XIX. Mao, portanto, teve êxito onde o Partido bolchevique falhou: na consagração de uma sólida aliança com a maioria rural.

Esta "especificidade chinesa" – cujas consequências são da maior importância – nos impede de caracterizar a China contemporânea (mesmo em 2013) como "capitalista", porque a via capitalista se baseia na transformação da terra em mercadoria.

Presente e futuro da pequena produção

No entanto, uma vez que esse princípio seja aceito, as formas de usar esse bem comum (a terra das comunidades rurais) pode ser bastante diversificada. Para entender isso, devemos ser capazes de distinguir pequena produção de pequena propriedade.

A pequena produção – camponesa e artesanal – dominou a produção em todas as sociedades no passado. Ela manteve um lugar importante no capitalismo moderno, agora ligada à pequena propriedade, na agricultura, serviços e até mesmo certos segmentos da indústria. Certamente está retrocedendo na tríade dominante do mundo contemporâneo (Estados Unidos, Europa e Japão). Um exemplo disso é o desaparecimento de pequenas empresas e sua substituição por grandes operações comerciais. No entanto, isso não quer dizer que essa mudança é "progresso", mesmo em termos de eficiência, e tanto mais se as dimensões sociais, culturais e civilizacionais são levadas em conta. Na verdade, este é

um exemplo da distorção produzida pela dominação de rent-seeking, monopólios generalizados. Por isso, talvez, em um socialismo futuro a pequena produção será chamada para retomar o seu lugar e a sua importância.

Na China contemporânea, em qualquer caso, a pequena produção – que não é necessariamente ligada à pequena propriedade – mantém um lugar importante na produção nacional, não só na agricultura, mas também em grandes segmentos da vida urbana. A China tem experimentado diversas e até contrastantes formas de uso da terra como um bem comum. Precisamos discutir, por um lado, a eficiência (volume de produção de um hectare por trabalhador/ano) e, por outro, a dinâmica das transformações postas em movimento. Estes formulários podem fortalecer as tendências para o desenvolvimento capitalista, que acabaria por pôr em causa o estatuto de não mercadoria da terra, ou pode ser parte do desenvolvimento em uma direção socialista. Estas perguntas podem ser respondidas apenas através de uma análise concreta das formas em questão, uma vez que foram implementadas em momentos sucessivos do desenvolvimento chinês, de 1950 até o presente.

No início, em 1950, a forma adotada foi a pequena produção familiar combinada com formas simples de cooperação para a gestão de irrigação, trabalho que requer coordenação, bem como a utilização de certos tipos de equipamento. Isto foi associado à inserção dessa pequena produção familiar na economia de Estado que manteve o monopólio sobre as compras dos produtos

destinados ao mercado e sobre a oferta de crédito e insumos, todos com base em preços planejados (decididos pelo centro).

A experiência das comunas após a criação das cooperativas de produção, nos anos de 1970, está cheia de lições. A questão não era necessariamente passar da pequena produção para grandes fazendas, mesmo que a ideia da superioridade destas tenha inspirado alguns de seus partidários. O essencial desta iniciativa teve origem na aspiração de construção socialista descentralizada. As comunas não só tinham a responsabilidade de gerir a produção agrícola de uma grande aldeia ou um coletivo de vilas e aldeias (essa organização, ela própria era uma mistura de formas de pequena produção familiar e produção especializada mais ambiciosa), elas também forneciam uma estrutura maior: (1) criando atividades industriais que empregavam camponeses disponíveis em determinadas épocas do ano, (2) articulando atividades produtivas econômicas, juntamente com a gestão dos serviços sociais (educação, saúde, habitação), e (3) começando a descentralização da administração política da sociedade.

Sem dúvida, as comunas nem sempre funcionaram sem problemas em muitos aspectos. No entanto, os resultados registrados estão longe de terem sido desastrosos, como a direita nos quer fazer crer. A Comuna na região de Pequim, que resistiu à ordem para dissolver o sistema, continua a registrar excelentes resultados econômicos relacionados com a persistência de debates políticos de alta qualidade, que desapareceram em outros lugares. Os projetos atuais de "reconstrução rural", implementado

por comunidades rurais em várias regiões da China, parecem estar inspirados na experiência das Comunas.

A decisão tomada por Deng Xiaoping de dissolver as comunas em 1980 fortaleceu a pequena produção familiar, que permaneceu como a forma dominante durante as três décadas seguintes à esta decisão. No entanto, a variedade de direitos dos usuários (por Comunas das aldeias e unidades familiares) ampliou-se consideravelmente. Tornou-se possível aos titulares, caso fossem residir fora, o "aluguel" (mas nunca a "venda") de seus direitos do uso da terra, seja para outros pequenos produtores ou às empresas que organizam uma fazenda muito maior e modernizada (nunca um latifúndio, que não existe na China, mas, no entanto, consideravelmente maior do que a agricultura familiar).

Em minha opinião, "aprovar" ou "rejeitar" essa diversidade de formas de exploração das terras, à priori, não faz sentido. O fato é que essa inventiva diversidade de formas de uso comumente realizada levou a resultados fenomenais. Em primeiro lugar, em termos de eficiência econômica, embora a população urbana crescesse de 20 para 50 % da população total, a China conseguiu aumentar a produção agrícola para manter o ritmo das necessidades gigantescas de urbanização. Ela preservou e fortaleceu sua soberania alimentar: sua agricultura alimenta 22% da população do mundo razoavelmente bem posto que ela tenha apenas 6% das terras aráveis do mundo. Além disso, em termos da forma (e nível) de vida das populações rurais, as aldeias chinesas não têm mais nada em comum com o que

ainda é dominante em outras partes do terceiro mundo capitalista. Estruturas permanentes bem equipadas e confortáveis formam um contraste marcante, não só com a antiga China da fome e da pobreza extrema, mas também com as formas extremas de pobreza que ainda dominam a paisagem da Índia ou da África.

Os princípios e as políticas implementadas (terrenos mantidos em comum, o apoio à pequena produção sem pequena propriedade) são responsáveis por estes resultados inigualáveis. Eles tornaram possível uma migração rural-urbana relativamente controlada. Compare isso com a via capitalista no Brasil, por exemplo. A propriedade privada da terra agrícola esvaziou o interior do Brasil, hoje com apenas 11% da população do país. Mas, pelo menos 50% dos residentes urbanos vivem em favelas e sobrevivem apenas graças à "economia informal" (inclusive o crime organizado). Não há nada semelhante na China, onde a população urbana como um todo está adequadamente empregada e alojada, mesmo em comparação com muitos "países desenvolvidos", mesmo sem mencionar aqueles em que o PIB per capita está no nível do chinês.

A transferência da população da densamente povoada zona rural chinesa (sómente o Vietnã, Bangladesh e o Egito são semelhantes) foi essencial. Melhorou as condições para a pequena produção rural, tornando mais terras disponíveis. Esta transferência, embora relativamente controlada, é, talvez, uma ameaça caso torne-se demasiadamente rápida. Isso está sendo discutido na China.

O capitalismo de Estado Chinês

O primeiro rótulo que vem à mente para descrever a realidade chinesa é o capitalismo de Estado. Muito bem, mas este rótulo permanece vago e superficial enquanto seu conteúdo específico não é analisado.

É de fato capitalismo no sentido de que a relação a que os trabalhadores são submetidos pelas autoridades que organizam a produção é semelhante ao que caracteriza o capitalismo: o trabalho submisso e alienado, a extração do trabalho excedente. Existem na China formas brutais de extrema exploração dos trabalhadores, por exemplo, nas minas de carvão ou no ritmo alucinante das oficinas que empregam mulheres. Isso é escandaloso para um país que afirma querer seguir em frente no caminho para o socialismo. No entanto, o estabelecimento de um regime capitalista de Estado é inevitável e permanecerá assim em todos os lugares. Os próprios países capitalistas desenvolvidos não serão capazes de entrar em um caminho socialista (que não está visível na agenda hoje em dia), sem passar por esta primeira etapa. É a fase preliminar no compromisso potencial de qualquer sociedade de libertar-se do capitalismo histórico no longo caminho para o socialismo/comunismo. Socialização e reorganização do sistema econômico em todos os níveis, da empresa (a unidade elementar) para a nação e para o mundo, necessitam de uma prolongada luta durante um período de tempo histórico que não pode ser encurtado.

O capitalismo de Estado foi construído na China para atingir três objetivos: a) construir um sistema industrial moderno, integrado e soberano; b) gerir a relação desse sistema com pequena produção rural, e; c) controlar a integração da China no sistema mundial, dominado por monopólios generalizados da tríade imperialista (Estados Unidos, Europa, Japão). A busca desses três objetivos prioritários é inevitável. Como resultado, ela permite um possível avanço no longo caminho para o socialismo, mas, ao mesmo tempo em que reforça a tendência a abandonar essa possibilidade em favor de perseguir o desenvolvimento capitalista puro e simples. Deve-se aceitar que este conflito é inevitável e está sempre presente. A questão então é: as escolhas concretas da China favorecem qual dos dois caminhos?

Em sua primeira fase (1954-1980), o capitalismo de Estado chinês requereu a nacionalização de todas as empresas, grandes e pequenas, (combinada com a nacionalização das terras agrícolas). Seguiu-se uma abertura para a iniciativa privada, nacional e/ou estrangeira e liberalização da pequena produção rural e urbana (pequenas empresas, comércio, serviços). No entanto, as grandes indústrias de base e do sistema de crédito constituídas durante o período maoista não foram desnacionalizadas, mesmo que as formas de organização da sua integração em uma economia de "mercado" foram modificadas. Esta escolha foi em conjunto com o estabelecimento de meios de controle sobre a iniciativa privada e potencial parceria com o capital estrangeiro. Ele continua até o ponto que estes meios são vistos de modo a cumprir suas funções ou,

pelo contrário, eles se tornariam cascas vazias, conspirando com o capital privado (através de "corrupção" da administração). Ainda assim, o que o capitalismo de Estado chinês tem obtido entre 1950 e 2012 é simplesmente incrível. Ele construiu, de fato, um sistema produtivo moderno, soberano e integrado à escala de um país gigante, que só pode ser comparada com a dos Estados Unidos. Ele conseguiu deixar para trás a estreita dependência tecnológica de suas origens (importação dos soviéticos e, em seguida, dos modelos ocidentais) através do desenvolvimento de sua própria capacidade para produzir invenções tecnológicas. No entanto, ele não tem (ainda?) iniciado a reorganização do trabalho a partir da perspectiva da socialização da gestão econômica. A Planificação – e não a "abertura" – manteve-se como meio central para implementar essa construção sistemática.

No período maoista, o Plano permaneceu imperativo em todos os detalhes: a natureza e a localização dos novos estabelecimentos, os objetivos de produção e os preços. Nesse estágio, nenhuma alternativa razoável era possível. Vou citar aqui o interessante debate sobre a natureza da lei do valor que sustentou o planejamento neste período. O próprio sucesso, e não o fracasso, desta primeira fase exigiu uma alteração dos vias para a continuidade desse projeto de desenvolvimento acelerado. A "abertura" para a iniciativa privada, iniciada em 1980, mas, acima de tudo, de 1990 – era necessária a fim de evitar a estagnação que foi fatal para a URSS. Apesar do fato de que esta abertura coincidiu com o triunfo globalizado do neoliberalismo, com

todos os efeitos negativos dessa coincidência – em minha opinião, a escolha de um "socialismo de mercado", ou melhor, um "socialismo com o mercado", é em grande parte justificada como fundamental para esta segunda fase de desenvolvimento acelerado.

Os resultados desta escolha são, mais uma vez, simplesmente incríveis. Em poucas décadas, a China construiu uma urbanização produtiva e industrial que reúne 600 milhões de seres humanos (quase igual à população da Europa!), dois terços dos quais foram urbanizados ao longo das duas últimas décadas. Isto é devido à Planificação e não ao mercado. A China tem agora um sistema produtivo verdadeiramente soberano. Nenhum outro país no Sul (com exceção de Coréia e Taiwan) conseguiu fazer isso. Na Índia e no Brasil há apenas alguns elementos díspares de um projeto soberano do mesmo tipo, nada mais.

A Planificação continua a ser imperativa para os grandes investimentos de infraestrutura necessários para o projeto: para abrigar 400 milhões de novos habitantes urbanos em condições adequadas e para construir uma rede incomparável de autoestradas, estradas, ferrovias, barragens e usinas de energia elétrica, para abrir todo ou quase todo o interior da China, e de transferir o centro de gravidade do desenvolvimento das regiões costeiras para o oeste continental. O Plano também permanece imperativo, pelo menos em parte, para os objetivos e os recursos financeiros das empresas públicas (estatais, provinciais, municipais). Quanto ao resto, ele

aponta para possíveis e prováveis objetivos para a expansão da pequena produção mercantil urbana, bem como atividades privadas industriais e outros. Estes objetivos são levados a sério e os recursos político-econômicos necessários para a sua realização são especificados. No conjunto, os resultados não são muito diferentes das previsões "planejadas".

O capitalismo de Estado chinês tem integrado no seu projeto de desenvolvimento dimensões sociais (não estou a dizer "socialista") visíveis. Estes objetivos já estavam presentes na era maoista: erradicação do analfabetismo, cuidados básicos de saúde para todos, etc. Na primeira parte da fase pós-maoista (década de 1990), a tendência foi, sem dúvida, negligenciar a busca destes esforços. No entanto, deve-se notar que a dimensão social do projeto, desde então, ganhou de volta o seu lugar e, em resposta a movimentos sociais ativos e poderosos, deve apresentar mais progressos. A nova urbanização não tem paralelo em qualquer outro país do Sul. Há certamente bairros "chiques" e outros que não são de todo oponentes, mas não há favelas, que continuaram a expandir-se nas cidades do terceiro mundo.

A integração da China na globalização capitalista

A China entrou na globalização nos anos 1990 através do desenvolvimento acelerado das exportações de manufaturados possíveis para seu sistema produtivo, com prioridade às exportações cujas taxas de crescimento superaram as do crescimento

do PIB. O triunfo do neoliberalismo favoreceu o sucesso desta escolha por quinze anos (de 1990 a 2005). A insistência nesta escolha é questionável, não só por causa de seus efeitos políticos e sociais, mas também porque ela é ameaçada pela implosão do capitalismo globalizado neoliberal, que começou em 2007. O governo chinês parece estar ciente disso e começou a tentar uma correção, dando maior importância para o mercado interno e para o desenvolvimento do oeste da China.

Dizer, como se ouve ad nauseam, que o sucesso da China deve ser atribuído ao abandono do maoísmo (cujo "fracasso" era óbvio), à abertura para o exterior, bem como à entrada de capital estrangeiro é simplesmente uma idiotice. A construção maoista pôs em prática as bases sem as quais a abertura não teria obtido o sucesso conhecido. Uma comparação com a Índia, que não fez uma revolução comparável, demonstra isso. Para dizer que o sucesso da China é principalmente (ou até "completamente") atribuível às iniciativas de capital estrangeiro não é menos idiota. Não é o capital multinacional que erigiu o sistema industrial chinês e atingiu os objetivos de urbanização e construção de infraestrutura. O sucesso é atribuível ao projeto chinês soberano em 90%. Certamente, a abertura ao capital estrangeiro tem cumprido funções úteis: aumentou a importação de tecnologias modernas. No entanto, devido aos seus métodos de parceria, a China absorveu essas tecnologias e agora domina o seu desenvolvimento. Não há nada de semelhante em outro lugar, mesmo na Índia ou no Brasil, a fortiori, na Tailândia, Malásia, África do Sul e outros lugares.

Além disso, a integração da China na globalização tem-se mantido parcial e controlada (ou pelo menos controlável). A China manteve-se fora da globalização financeira. O sistema bancário é totalmente nacional e focado no mercado de crédito interno do país. A gestão do Yuan ainda é uma questão de soberania e de decisão da China. O Yuan não está sujeito aos caprichos das bolsas flexíveis que a globalização financeira impõe. Pequim pode dizer a Washington "o Yuan é o nosso dinheiro e seu problema", assim como Washington disse aos europeus em 1971, "o dólar é nosso dinheiro e seu problema". Além disso, a China mantém uma grande reserva para colocação em seu sistema público de crédito. A dívida pública é insignificante em comparação com as taxas de endividamento (considerado intolerável) nos Estados Unidos, Europa, Japão e muitos dos países do Sul. A China pode, assim, aumentar a expansão de seus gastos públicos, sem grave perigo de inflação.

O sucesso de seu projeto não foi devido à atração de capital estrangeiro para a China, a partir do qual se beneficiou. Pelo contrário, é o sucesso do seu projeto que tem feito os investimentos na China serem atraentes para as multinacionais ocidentais. Os países do Sul, que abriram suas portas de maneira muito mais ampla do que a China, aceitando incondicionalmente sua submissão à globalização financeira, não se tornaram atraentes na mesma medida. O capital transnacional não é atraído para a China para saquear os recursos naturais do país, nem para terceirizar e se favorecer de baixos salários pagos ao trabalho, nem para

aproveitar-se dos benefícios do treinamento e da integração de unidades deslocalizadas, não relacionadas sistemas produtivos nacionais inexistentes (como no Marrocos e Tunísia); sem nenhuma transferência de tecnologia; e nem mesmo para realizar um ataque financeiro e permitir que os bancos imperialistas desapropriem as economias nacionais como no México, Argentina e no Sudeste Asiático. Na China, por outro lado, os investimentos estrangeiros podem certamente aproveitar-se de baixos salários e obter bons lucros, com a condição de que seus planos se encaixem na China e permitam a transferência de tecnologia. Em suma, estes são os lucros "normais", mas muito mais pode ser obtido se conspirarem com a permissão das autoridades chinesas.

China: Potência Emergente

Não há dúvidas de que a China é uma potência emergente. Uma ideia atual é que a China está tentando recuperar apenas o lugar que tinha ocupado durante séculos e o perdeu no século XIX. No entanto, esta ideia – certamente correta, e lisonjeira – não nos auxilia muito a compreender a natureza dessa emergência e suas perspectivas reais no mundo contemporâneo. Aliás, aqueles que propagam essa ideia comum e vaga não têm interesse em considerar se a China vai emergir para unir-se aos princípios gerais do capitalismo (que eles acham que é provavelmente necessário) ou se vai levar a sério o seu projeto de "socialismo com características chinesas". Da minha parte, defendo que, se a China é de fato uma potência emergente, é precisamente

porque não escolheu o caminho de desenvolvimento capitalista puro e simples, e que, como consequência, se ela decidisse seguir essa via capitalista, o projeto e sua própria emergência estariam em grave perigo de fracassar.

A tese que eu apoio implica em rejeitar a ideia de que os povos não podem saltar a sequência de etapas necessárias e consideradas à questão de um possível futuro socialista, e que a China deve passar, previamente, por um desenvolvimento capitalista. O debate sobre este tema entre as diferentes correntes do marxismo histórico nunca foi concluído. Marx permaneceu hesitante sobre esta questão. Sabemos que logo após os primeiros ataques europeus (as Guerras do Ópio), ele escreveu: da próxima vez que você enviar seus exércitos à China será recebido com uma faixa, "Atenção, você está nas fronteiras da República burguesa da China". Esta é uma magnífica intuição e mostra confiança na capacidade do povo chinês para responder ao desafio, mas ao mesmo tempo um erro porque, de fato, a faixa dizia: "Você está nas fronteiras da República Popular da China". No entanto, sabemos que, em relação à Rússia, Marx não rejeitou a ideia de pular a fase capitalista (ver sua correspondência com Vera Zasulich). Hoje, pode-se acreditar que o primeiro Marx estava certo e que a China está de fato na rota do desenvolvimento capitalista.

Mao compreendeu – melhor que Lênin – que o caminho capitalista levaria a nada e que a ressurreição da China só poderia ser obra de comunistas. Os imperadores Qing, no final do século XIX, seguido por Sun Yat

Sen e o Kuomintang, já tinham planejado uma ressurreição chinesa em resposta ao desafio do Ocidente. No entanto, eles imaginavam que havia outro caminho que não o capitalismo, mas não tinham os meios intelectuais para entender o que o capitalismo realmente é, e por que este caminho foi fechado à China, e para todas as periferias do sistema capitalista mundial. Mao, um espírito marxista independente, aprendeu isso. Mais do que isso, Mao entendia que esta batalha não foi vencida antecipadamente – da vitória em 1949 – e que o conflito entre o comprometimento com o longo caminho para o socialismo, condição para o renascimento da China, e o retorno ao redil capitalista iria ocupar a totalidade do futuro real.

Pessoalmente, eu sempre compartilhei da análise de Mao e eu voltarei a este tópico em alguns dos meus pensamentos sobre o papel da Revolução Taiping (que eu considero ser a origem distante do maoísmo), a revolução de 1911 na China e outras revoluções no Sul, no início do século XX. E também nos debates no início do período de Bandung e na análise dos impasses em que os chamados países emergentes do Sul comprometidos com o caminho capitalista estão emperrados. Todas estas considerações são corolários da minha tese central sobre a polarização (ou seja, a construção do contraste centro/periferia) imanente ao desenvolvimento mundial do capitalismo histórico. Esta polarização elimina a possibilidade de um país da periferia "acompanhar" a conjuntura do capitalismo. Assim, temos que chegar à conclusão de que: se

"recuperar o atraso" com os países opulentos é impossível, algo deve ser feito, ele é chamado a seguir o caminho socialista.

A China não tem seguido um caminho específico apenas a partir de 1980, mas desde 1950, embora este caminho passasse por fases que são diferentes em muitos aspectos. A China tem desenvolvido um projeto coerente, soberano que é apropriado para suas próprias necessidades. Isto certamente não é o capitalismo, cuja lógica exige que as terras agrícolas sejam tratadas como uma mercadoria. Este projeto continua soberano na medida em que a China permanece fora da globalização financeira contemporânea.

O fato de que o projeto chinês não é capitalista, não significa que ele "é" socialista, apenas que torna possível avançar mais no longo caminho para o socialismo. No entanto, ainda está ameaçado por um desvio que o move fora dessa estrada e acabe com uma troca, pura e simples, ao capitalismo.

A emergência do sucesso da China é o resultado de seu projeto soberano. Nesse sentido, a China é o único país autêntico emergente (junto com a Coreia e Taiwan). Nenhum dos muitos outros países para os quais o Banco Mundial concedeu um certificado de emergência é realmente emergente, porque nenhum desses países persegue persistentemente um projeto soberano coerente.

Todos subscrevem os princípios fundamentais do capitalismo puro e simples, mesmo em setores potenciais do seu capi-

talismo de Estado. Todos aceitaram a submissão à globalização contemporânea em todas as suas dimensões, incluindo a financeira. Rússia e Índia são exceções parciais a este último ponto, mas não o Brasil e a África do Sul, entre outros. Às vezes, há partes de uma "política da indústria nacional", mas nada comparável com o sistemático projeto chinês de construção de um sistema industrial completo, integrado e soberano (nomeadamente na área de especialização tecnológica).

Por estas razões todos esses outros países, rapidamente caracterizados como emergentes, continuam vulneráveis em graus variados, mas sempre muito mais do que a China. Por estas razões, os aspectos de emergência – taxas respeitáveis de crescimento, capacidade de exportar produtos manufaturados – estão sempre ligados com os processos de pauperização que afetam a maioria das suas populações, o que não é o caso da China. Certamente, o crescimento da desigualdade é evidente em toda parte, incluindo a China, mas esta observação permanece superficial e enganadora. Uma coisa é a desigualdade na distribuição dos benefícios do crescimento que não exclui ninguém (e ainda é acompanhado de uma redução nos bolsões de pobreza – este é o caso da China), outra coisa é a desigualdade relacionada com um crescimento que beneficia apenas uma minoria (de 5% a 30% da população, segundo o caso), enquanto que o destino dos outros permanece desesperador. Aqueles que criticam ou denigrem a China desconhecem – ou fingem desconhecer – esta diferença decisiva. A desigualdade que resulta da existência de bairros com moradias de luxo,

por um lado, e bairros com habitação confortável para as classes média e de trabalhadores, por outro lado, não é o mesmo que a desigualdade perceptível a partir da justaposição de bairros ricos, habitação de classe média, e as favelas para a maioria. Os coeficientes de Gini são valiosos para mensurar as mudanças de um ano para o outro em um sistema com uma estrutura fixa. No entanto, em comparações internacionais entre sistemas com diferentes estruturas, eles perdem seu significado, como todas as outras medidas de magnitudes macroeconômicas nas estimativas nacionais. Os países emergentes (exceto China) são de fato "mercados emergentes", abertos à entrada dos monopólios da tríade imperialista. Estes mercados permitem a estes últimos extrair, em seu benefício, uma parte considerável da mais-valia produzida no país em questão. A China é diferente: é uma nação emergente em que o sistema possibilita a retenção da maior parte da mais-valia produzida ali.

Grandes sucessos, novos desafios

Para compreender a natureza dos desafios que a China de hoje enfrenta é essencial entender que o conflito entre o projeto soberano da China e o do imperialismo norte-americano, e seus subalternos aliados europeus e japoneses, vai aumentar em intensidade à medida que avança o sucesso da China. Existem várias áreas de conflito: o comando das tecnologias modernas, o acesso a recursos do planeta, o reforço das capacidades militares da China, e a realização da intenção de reconstruir uma política internacional em função dos direitos sober-

ranos dos povos de escolherem a sua própria política e sistema econômico. Cada um destes fins entra em conflito direto com os objetivos estabelecidos pela tríade imperialista.

O objetivo da estratégia política dos EUA é o controle militar do planeta, a única maneira que Washington pode reter as vantagens que lhe dão hegemonia. Este objetivo está sendo perseguido através das guerras preventivas no Oriente Médio, e, nesse sentido, essas guerras são as preliminares para a guerra preventiva (nuclear) contra a China, a sangue-frio previsto pelo establishment norte-americano como possivelmente necessária "antes de seja tarde demais". E fomentar a hostilidade à China é indissociável dessa estratégia global, que se manifesta no apoio demonstrado aos proprietários de escravos do Tibete e Sinkiang, no reforço da presença naval dos EUA no Mar da China, e o incentivo irresistível ao Japão para construir as suas forças militares.

Ao mesmo tempo, Washington se dedica a manipular a situação para apaziguar as possíveis ambições da China e dos países ditos emergentes, através da criação do G-20, que se destina a dar a estes países a ilusão de que sua adesão à globalização liberal iria servir os seus interesses. O G2 (Estados Unidos/China) é, neste sentido, uma armadilha que torna a China o cúmplice das aventuras imperialistas dos Estados Unidos, podendo causar a perda de toda a credibilidade da política externa pacífica de Pequim.

A única resposta eficaz possível a esta estratégia deve proceder em dois níveis: (I) fortalecer as forças militares da China e equipá-las potencialmente para uma resposta intimidadora, e (II) prosseguir tenazmente no objetivo de reconstruir um sistema político internacional policêntrico, que respeite todas as soberanias nacionais, e, para esse efeito, agir no sentido de reabilitar as Nações Unidas marginalizadas pela OTAN. Enfatizo a importância decisiva deste último objetivo, o que implica a prioridade de reconstruir uma "frente do Sul" (Bandung 2?) capaz de sustentar as iniciativas independentes dos povos e dos Estados do Sul. Isso implica, por sua vez, que a China se torne consciente de que ela não tem os meios para a possibilidade absurda de se alinhar com as práticas predatórias do imperialismo (saqueando os recursos naturais do planeta), uma vez que carece de um poder militar semelhante ao dos Estados Unidos, que em última instância é a garantia de sucesso para projetos imperialistas. A China, ao contrário, tem muito a ganhar, desenvolvendo a sua oferta de apoio à industrialização dos países do Sul, que o clube de "doadores" imperialistas está tentando tornar impossível.

A linguagem utilizada pelas autoridades chinesas sobre questões internacionais, contida ao extremo (o que é compreensível), faz com que seja difícil saber até que ponto os líderes do país estão conscientes dos desafios analisados acima. Mais seriamente, esta escolha de palavras reforça ilusões ingênuas e despolitização na opinião pública.

Então, a outra parte do desafio diz respeito à questão da democratização da gestão política e social do país. Neste sentido, Mao formulou e implementou um princípio geral para a gestão política da nova China que ele resumiu nos seguintes termos: 1) unir a esquerda; 2) neutralizar (eu acrescento: e não eliminar) a direita; e, 3) governar a partir do centro para a esquerda. Desta forma, Mao deu um conteúdo positivo para o conceito de democratização da sociedade combinada com o progresso social no longo caminho para o socialismo. Ele formulou o método para efetivar o seguinte: "a linha de massas" (descer para as massas, aprender suas lutas, voltar para as cúpulas do poder).

A questão da democratização conectada com o progresso social, em contraposição à "democracia" desconectada do progresso social (e mesmo frequentemente ligada à regressão social) – não diz respeito só à China, mas a todos os povos do mundo. Os métodos que devem ser executados para o sucesso não podem ser resumidos em uma única fórmula, válida em todos os tempos e lugares. Em qualquer caso, a fórmula oferecida pela mídia ocidental – com vários partidos e eleições – deve pura e simplesmente ser rejeitada. Além disso, esse tipo de "democracia" se transforma em farsa, mesmo no Ocidente, ainda mais em outro lugar. A "linha de massas" foi o meio para a produção de um consenso sucessivo aos objetivos estratégicos e em constante progresso. Isto é o contrário do "consenso" obtido nos países ocidentais através da manipulação da mídia e da farsa eleitoral, que nada mais é do que se alinhar às exigências do capital.

No entanto, como a China deveria começar a reconstruir o equivalente a uma nova linha de massas em novas condições sociais? Não vai ser fácil, porque a liderança do Partido Comunista, que na sua maioria mudou para a direita, baseia a estabilidade da sua gestão na despolitização e nas ilusões ingênuas que a acompanha. O sucesso das políticas de desenvolvimento fortalece a tendência espontânea para essa direção. Acredita-se amplamente na China, que a estrada real para recuperar o atraso com o modo de vida nos países opulentos está aberto, livre de obstáculos, acredita-se que a Tríade (Estados Unidos, Europa, Japão) não se opõem a isto, os métodos dos EUA são admirados sem questionamento. Isto é particularmente verdadeiro para as classes médias urbanas, que estão se expandindo rapidamente e cujas condições de vida foram incrivelmente melhoradas. A lavagem cerebral a que os estudantes chineses estão sujeitos nos Estados Unidos, especialmente nas ciências sociais, aliada a uma rejeição ao ensino oficial sem imaginação e sem o marxismo, têm contribuído para diminuir os espaços para debates críticos radicais.

O governo da China não é insensível à questão social, não só devido à tradição de um discurso fundado no marxismo, mas também porque o povo chinês, que aprendeu a lutar e continua a fazê-lo, força o governo. Se, na década de 1990, esta dimensão social tinha diminuído frente às prioridades imediatas de acelerar o crescimento, hoje a tendência é inversa. No momento em que as conquistas das socialdemocracias em segurança social estão sendo erodidas no opulento Ocidente, a pobre China está

implementando a expansão da segurança social em três dimensões: saúde, habitação e previdência. A política de habitação popular da China, difamada pela oposição da direita e da esquerda europeia, seria invejada, não só na Índia ou no Brasil, mas também nas áreas carentes de Paris, Londres ou Chicago.

O sistema de segurança social e de previdência já cobrem 50% da população urbana (que tem aumentado, atingindo de 200 a 600 milhões de habitantes!) e a Planificação (ainda realizada na China) prevê o aumento da cobertura para 85% população nos próximos anos. Deixe que os jornalistas que criticam, denigrem e até criminalizam a China nos dêem exemplos comparáveis nos "países que enveredaram pelo caminho democrático", os quais eles continuam louvando. No entanto, o debate permanece aberto sobre os métodos de efetivação do regime. A esquerda defende o sistema francês de distribuição baseada no princípio da solidariedade entre estes trabalhadores e as diferentes gerações – que se preparam para o socialismo – enquanto a direita, obviamente, prefere o sistema odioso dos EUA, dos fundos de pensão, que divide os trabalhadores e transfere o risco do capital para o trabalho.

No entanto, a aquisição de benefícios sociais é insuficiente se não for combinada com a democratização da gestão política da sociedade, com a sua re-politização por métodos que fortaleçam a invenção de formas criativas para o futuro socialista/comunista.

Os objetivos da re-politização e a criação de condições favoráveis à invenção de novas

respostas só podem ser obtidos através de lutas sociais, políticas e ideológicas. Isso implica o reconhecimento preliminar da legitimidade dessas lutas e de uma legislação baseada nos direitos coletivos de expressão, de organização, e de proposição de iniciativas legislativas. Isso implica, por sua vez, que o próprio partido está envolvido nessas lutas, em suma, reinventar a fórmula maoista da linha de massas. A re-politização não faz sentido se não for combinada com procedimentos que favoreçam a conquista gradual de responsabilidade por parte dos trabalhadores na gestão da sua sociedade em todos os níveis da empresa, local e nacional. Um programa deste tipo não exclui o reconhecimento dos direitos da pessoa individual. Pelo contrário, supõe sua institucionalização. Sua implementação tornaria possível reinventar novos caminhos usando as eleições para escolha de seus líderes.

Agradecimentos: Este trabalho deve muito aos debates organizados na China (novembro-dezembro 2012) por Lau Kin Chi (Universidade de Lingnan, Hong Kong), em associação com a South West Universidade de Chongqing (Wen Tiejun), Renmin e Xinhua, Universidades de Beijing (Dai Jinhu, Wang Hui), o CASS (Huang Ping) e reuniões com grupos de ativistas do movimento rural nas províncias de Shanxi, Shaanxi, Hubei, Hunan e Chongqing. Dirijo a todos eles meus agradecimentos e espero que este trabalho seja útil para as discussões em curso. Ele também deve muito a minha leitura dos escritos de Wen Tiejun e Wang Hui.

Referências

AMIN, Samir. **The Paris Commune and the Taiping Revolution.** International Critical Thought, forthcoming in 2013.

AMIN, Samir. **The 1911 Revolution in a world historical perspective:** a comparison with the Meiji Restoration and the Revolutions in Mexico, Turkey and Egypt. published in Chinese in 1990.

AMIN, Samir. **Ending the crisis of Capitalism or ending Capitalism?** Oxford: Pambazuka Press, 2011. Chapter 5: The agrarian question.

AMIN, Samir. **A Life Looking Forward:** memoirs of an independent Marxist. London: Zed Books, 2006. Chapter 7: Deployment and Erosion of the Bandung Project.

AMIN, Samir. The law of worldwide value. **Monthly Review Press**, New York, 2010. Initiatives from the South, 121ff, section 4.

AMIN, Samir. The implosion of contemporary capitalism. **Monthly Review Press**, New York, 2013. Chapter 2: The South: emergence and lumpendevelopment.

AMIN, Samir. **Beyond US Hegemony.** London: Zed Books, 2006. Chapters: The Project of the American Ruling Class; China, Market Socialism?; Russia, Out of the Tunnel?; India, A Great Power? and Multipolarity in the 20th Century.

AMIN, Samir. **Obsolescent capitalism.** London: Zed Books, 2003. Chapter 5: The

Militarization of the New Collective Imperialism.

AMIN, Samir. The democratic fraud and the universalist alternative. **Monthly Review**, v. 63, n. 5, p. 29–45, Oct. 2011.

FRANK, André Gunder. **ReOrient: Global Economy in the Asian Age**. Berkeley: University of California Press, 1998.

KAUTSKY, Karl. **On the Agrarian Question**. London: Zwan Publications, 1988. Originally published 1899. 2 v.

LIN, Chun. **The transformation of Chinese Socialism**. Durham, NC: Duke University Press, 1996.

TANDON, Yash. **Ending aid dependence**. Oxford: Fahamu, 2008.